

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS  
FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO**

**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESTRATÉGICA  
DE POLÍTICAS PÚBLICAS**

Lauricy Fátima Silva de Jesus  
Maria Andrade de Lacerda e Silva  
Pierre Ribeiro de Siqueira  
Ricardo Marcolino Pinto

**VULNERABILIDADE JUVENIL NAS PERIFERIAS: CRIMES, DROGAS E FALTA  
DE PERSPECTIVAS.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como  
requisito parcial para obtenção do certificado de conclusão  
do Curso de Especialização em Gestão Estratégica de  
Políticas Públicas.

Monitora: Táli Pires de Souza

São Paulo  
Março/2015

O advento do Estado Moderno modificou profundamente o papel dos jovens na sociedade. A nova ligação entre juventude e nação passou a ter novos contornos e novos significados e uma nova expectativa para este segmento da sociedade. A juventude passou a estabelecer campos simbólicos semelhantes entre os vários países, configurando-se como uma categoria da sociedade ocidental moderna. As evidentes especificidades da condição juvenil nos diferentes países não impediram que ela começasse a ter também fortes traços comuns. Tais traços começaram a ser delineados no século XIX, mas foram consolidados apenas no século XX e difundidos amplamente na sua segunda metade.

. Nos dias atuais, vivendo em plena modernidade, que alguns preferem chamar de pós-modernidade, percebemos que as características mais marcantes da concepção de juventude vigente são sua fluidez e complexidade. Esta concepção está em constante transformação e disputa nas sociedades ocidentais. Não se trata por isso de algo acabado, mas sim de um processo dinâmico de construção de significados ainda em curso, que envolve as representações que a sociedade possui sobre os jovens, mas também a percepção dos próprios jovens sobre sua condição. Na fase juvenil os jovens passam a ter uma percepção de si como parte de uma coletividade e de um mundo social mais amplo do que se percebia até então, o que leva, os jovens, a se identificarem com determinadas ideias e a rejeitarem outras, abrindo um grande leque de possibilidades de posicionamentos e de orientações políticas.

As ações e os agrupamentos juvenis são muitos diversos no Brasil, muitos jovens se inserem na vida pública por meio da violência, seja em ações de gangues e galeras, seja em condutas de riscos como o surf ferroviário ou com envolvimento direto com a criminalidade, sobretudo o narcotráfico. É inegável que a violência seja uma categoria importante também na construção das experiências juvenis e da imagem pública dos jovens. As últimas décadas tem revelado um crescimento significativo do número de homicídios nos quais os jovens estão envolvidos, como vítimas ou como atores. A importância de políticas afirmativas para esta faixa etária da população é necessário para criar novas perspectivas e dar possibilidades para os jovens das periferias que estão em processo de construção de identidade e auto afirmação.

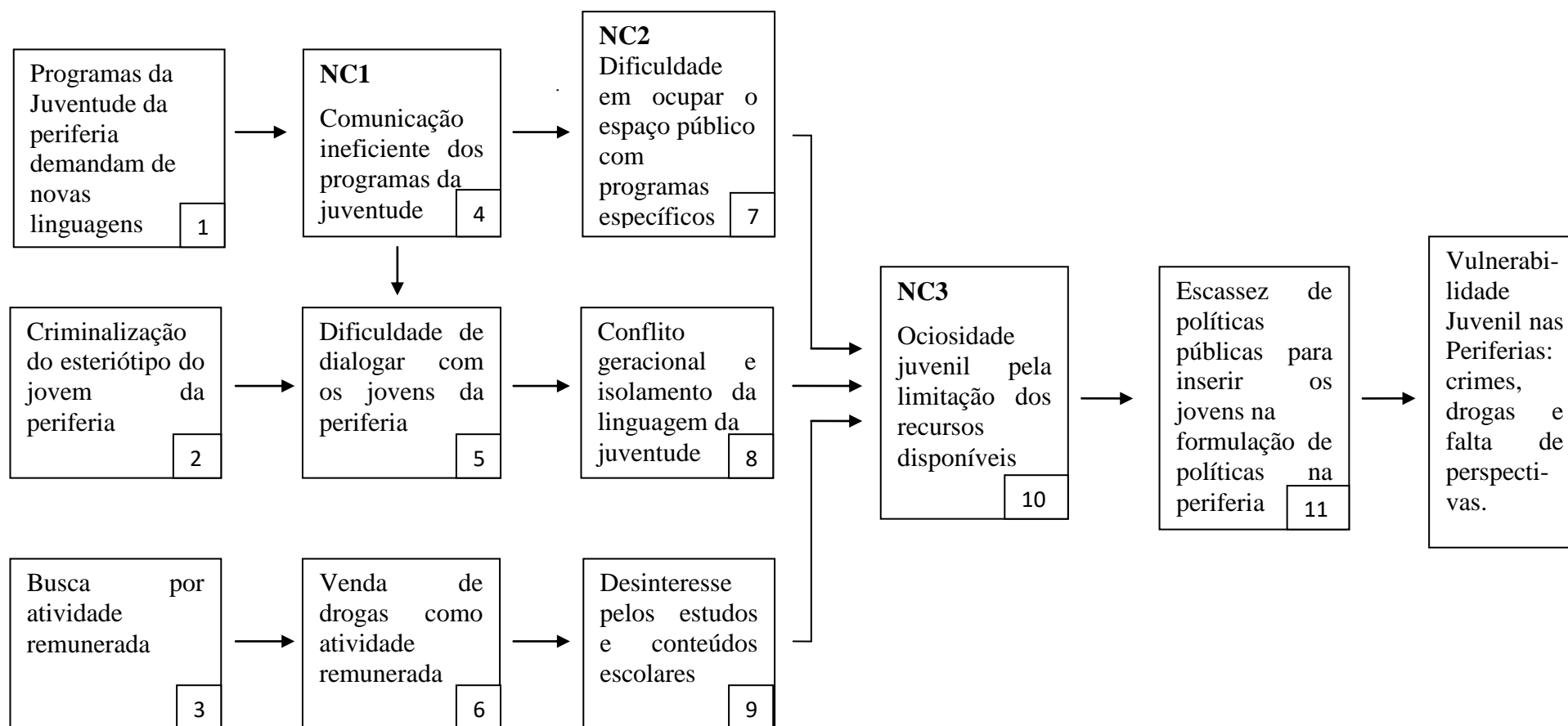
. O jovem é visto como um problema, pela mídia, ela a criminaliza, não existe incentivo à inserção ao mercado de trabalho, a cidade não é planejada pensando em espaços para o jovem, a ausência de espaço de lazer é um problema para socialização do jovem na periferia, e os projetos de incentivo a cultura, além de serem poucos não dialogam com as necessidades e perspectivas da juventude, falta um diálogos abertos entre o poder público e às comunidades periféricas.

## Parte 2 – FLUXOGRAMA

**LOCAL:** Brasil

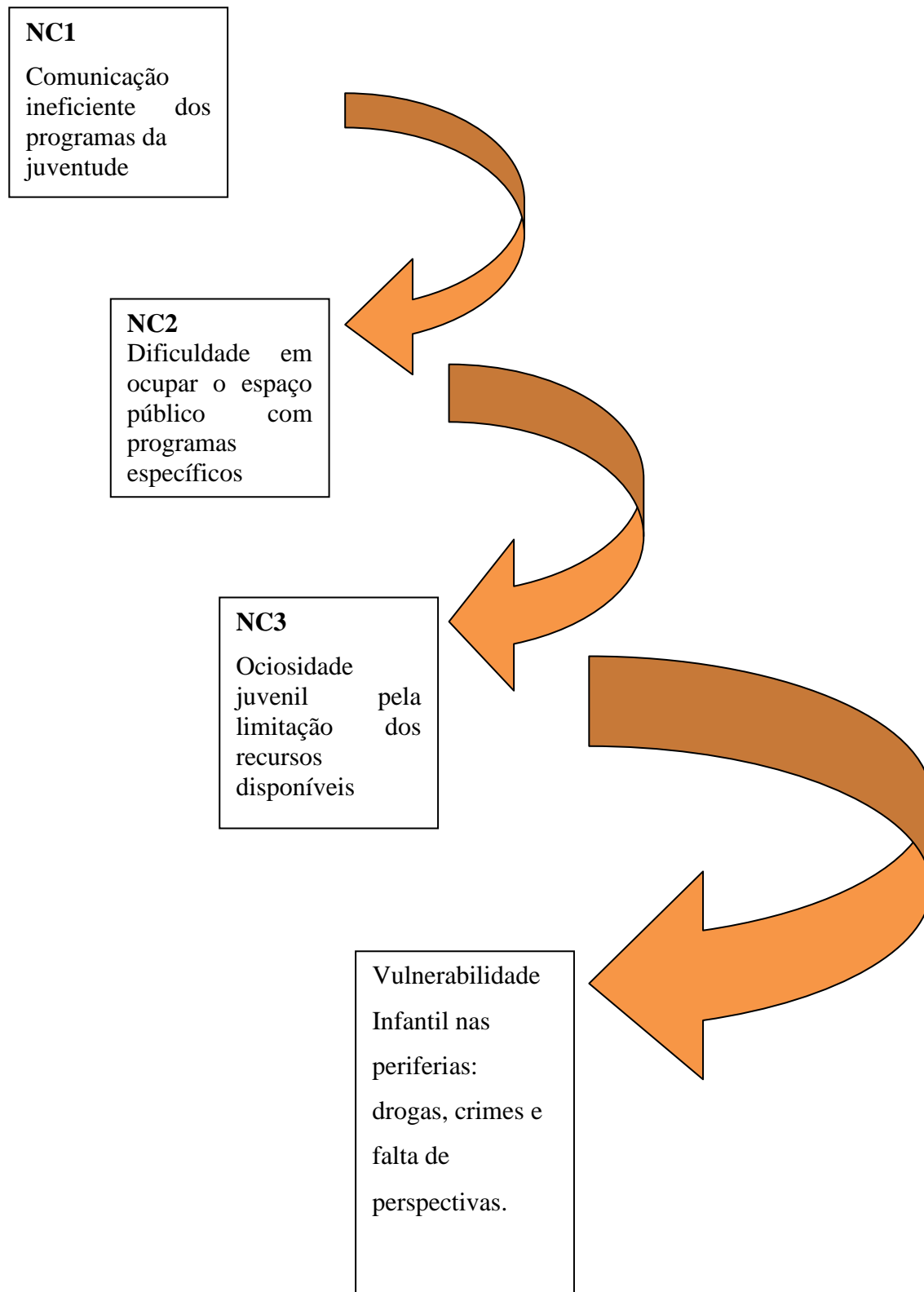
**PROBLEMA:** Vulnerabilidade Juvenil nas periferias, crimes, drogas e falta de perspectivas.

**ATORES:** Secretaria Nacional da Juventude



**Nós Críticos** - Ação: Capacitar seus auxiliares em imos da Gestão Estratégica Pública (MDS, MPS, MAP)

### Parte 3 – ÁRVORE DO PROBLEMA



## **Parte 4 – COMENTÁRIOS ANALÍTICO-CONCEITUAIS SOBRE NÓS EXPLICATIVOS**

Para identificar os Nós Críticos que fazem parte dos nós explicativos das cadeias causais que explicitam e descrevem as causas do problema, temos que levar em consideração que o Nó Crítico surge como a possibilidade de solução do problema, por isso, é importante que possamos avaliar a capacidade desse Nó Crítico, assim que sofra a intervenção, de ser eficiência na solução do problema agindo sobre toda a cadeia. Ao identificá-lo, três características devem ser observadas ao estabelecermos os Nós Críticos, se a sua solução trará grande impacto sobre o problema, se o ator que irá atuar sobre ele possui governabilidade para agir, e se é politicamente viável e acertado o ataque ao problema. Em nossos estudos, abordamos a Vulnerabilidade Juvenil nas Periferias, algo que está presente nas grandes cidades de maneira mais frequente e preocupante. Entendemos que o problema escolhido é de extrema complexidade, por isso, não deve ser encarado por um único ator, temos que utilizar a capacidade de interagir vários setores nessa questão, mas, a princípio, os nossos atores serão quatro, mas, com grande capilaridade e possibilidade de envolvimento com outros setores, a Secretaria Geral da Presidência, a Secretaria Nacional da Juventude, o Conselho Nacional da Juventude e o Comitê Interministerial da Política de Juventude.

**Nó Crítico 1: Comunicação ineficiente entre os órgãos da juventude.** Por que elegemos esse ponto como um Nó Crítico? Pois bem, ao abordarmos a comunicação como problemática em que o governo deve atuar junto à juventude, pois, consideramos fundamental para o sucesso de qualquer projeto, que todos os integrantes do processo necessitam ter amplo conhecimento da intenção do projeto, passo a passo, todos devem sentir-se pertencentes ao projeto, uma questão de empoderamento da elaboração de todo o processo, como proponentes e beneficiários das ações. Os órgãos que atuam junto aos jovens das periferias das grandes cidades, atuam com limitações oriundas da comunicação, portanto, entendemos que é necessário compreender os problemas que cercam os sujeitos alvos para podermos intervir de maneira contundente, de outra forma, qualquer ação se torna ineficiente. Sem afinar a comunicação entre os órgãos e a juventude, as políticas sociais não terão efeitos e presença real nas comunidades, pois, os atores não estão interagindo no local da intervenção por desconhecer o contexto social e a linguagem que estabelece os comprometimentos.

**Nó Crítico 2: Dificuldade em ocupar o espaço público com programas específicos.** A ocupação do espaço público não é algo tão tranquilo nas periferias dos grandes centros, o espaço é um território a ser disputado, é um espaço em conflito, portanto, um espaço que agrega múltiplos interesses, o conflito pode ser de ordem geracional, de estilos, ou de

conduta, etc..., e nessa disputa os jovens estão levando a pior, devido ao simples fato de serem jovens. A cultura conservadora em nossa sociedade não aceita o jovem como um produtor de fato, além disso, o aumento da violência que os jovens estão expostos, por ocuparem com mais frequência os espaços públicos, temos que analisar também, o contato direto com as drogas e seus agentes, e o abandono da vida escolar, as últimas pesquisas da ONU, apontou que o número de jovens assassinados tem aumentado a cada ano, e os jovens negros tem sido os alvos preferenciais. Sem a presença e a participação efetiva do poder público nos debates que orientem a ocupação do espaço pela comunidade, os interesses distintos sempre estarão ameaçando a juventude. O desconhecimento do contexto histórico e social da comunidade por parte do poder público, não permite a compreensão de que a ocupação do espaço público deve ser organizada com orientação e formação, ou seja, ações pedagógicas que possam minimizar os preconceitos contra os jovens, pois os mesmos estão sempre circulando em grupos, sem a devida noção de ocupação democrática do espaço, debate que não está inserido de forma enraizada na maioria das comunidades.

**Nó Crítico 3: Ociosidade juvenil pela limitação dos recursos disponíveis.** É uma situação bem complexa para ser resolvida. Os programas que aí estão não conseguem atrair os jovens para sua órbita, apesar a ociosidade ser algo importante, essa ociosidade juvenil deve ter um caráter produtivo, pois é isso que eles procuram quando estão ociosos, procuram algo para fazer, algo que chame a atenção e lhes ofereça algum sentido e significado. Para oferecer algo que tenha algum sentido para os jovens em suas comunidades, o poder público tem que ter recursos destinados para esse fim. A ociosidade juvenil está relacionada com o meio em que vive sem perspectivas, a escola que não consegue acompanhar as mudanças sociais, portando um espaço pouco interessante e conservador, a ociosidade gera a procura de atividades que lhes possam trazer alguma remuneração para que possam interagir entre os grupos das comunidades. O poder público não tem apresentado uma alternativa para esses jovens, e quando o faz é timidamente e com pouca oferta, pois, o número de jovens é bem maior do que os recursos disponíveis para as ações, o poder público não tem presença marcante junto aos jovens das periferias, além disso, quando oferece algum equipamento de interesse dos jovens, por muitas vezes, ficam distantes das suas comunidades. Entendemos que os projetos devam ter alcance para juventude local.

### Parte 3 – ÁRVORE DO PROBLEMA

NÓS CRÍTICOS	AÇÕES	RESULTADOS
<p>1. Comunicação ineficiente dos programas da juventude</p>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Mapear os lugares frequentados por jovens na periferia e elaborar pesquisas de interesse da juventude;</li> <li>2. Estabelecer parceria com as escolas públicas;</li> <li>3. Criar seminários a respeito das necessidades da juventude e localidade;</li> </ol>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Identificar os locais ocupados pela juventude e conhecer suas necessidades</li> <li>• Aproximar-se das escolas públicas onde há concentração de jovens e propor parcerias</li> <li>• Proporcionar que os jovens possam se manifestar e sugerir ações</li> <li>• Estabelecer programas de auxílio aos pais e responsáveis para orientação dos programas para a família</li> </ul>
<p>2. Dificuldade em ocupar o espaço público com programas específicos</p>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Revisão dos projetos de inclusão da juventude da periferia;</li> <li>2. Possibilitar bolsas de estudos para os jovens que frequentarem e se destacarem em projetos educativos e profissionalizantes;</li> <li>3. Tornar público, em larga escala, os resultados das atividades dos jovens participantes dos programas inclusivos.</li> </ol>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Atualização das demandas juvenis e equação aos interesses locais</li> <li>• Aumentar o interesse dos jovens e familiares pelos programas e projetos que valorize a juventude</li> <li>• Dar visibilidade aos programas e projetos e empoderar o jovem participante para que se torne um multiplicador</li> </ul>



<p>3. Ociosidade juvenil pela limitação dos recursos disponíveis</p>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Criação do Professor Comunitário e identificar lideranças comunitárias;</li> <li>2. Sugerir a construção de CEU-Centro Educacional Unificado nas comunidades periféricas de maior índice de vulnerabilidade juvenil;</li> <li>3. Elaborar debates e seminários públicos focado no espaço democrático e atividades culturais nos espaços públicos focado no universo juvenil.</li> </ol>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Professores de escolas públicas inseridos na comunidade auxiliando na formação de lideranças locais</li> <li>• Incentivar o Projeto CEU nas periferias para garantir um espaço educativo para jovens em riscos</li> <li>• O jovem envolvido nas atividades estará inserido na compreensão da ocupação do espaço respeitando o outro e multiplicando a ideia democrática</li> <li>• Inserir os jovens em atividades de interesses específicos e produzidas pelos próprios jovens</li> </ul>
--	---	---

## Parte 4 – PLANO DE AÇÃO

### NC 1 : Comunicação ineficiente entre os órgãos da juventude

Ação	Tarefas	Recursos Necessários	Prazos	Responsável
A 1	Mapear os lugares frequentados por jovens na periferia e elaborar pesquisas de interesse da juventude	Humanos e Materiais para Pesquisas.	12 meses	-SNJ -Municípios
A 2	Estabelecer parceria com as escolas públicas;	Contatos e recursos humanos para capacitação	24 meses	-MEC -estados -municípios
A 3	Criar seminários a respeito das necessidades da juventude e localidade	Recursos humanos para formação e materiais para elaborar folders e apostilas	6 meses	-SNJ

### NC 2 : Dificuldade em ocupar o espaço público com programas específicos

Ação	Tarefas	Recursos Necessários	Prazos	Responsável
A 1	Revisão dos projetos de inclusão da juventude da periferia	Técnicos formadores especializados em elaboração de projetos para a juventude	Seis meses	-SNJ -Comissão intersetorial -Comitê Interministerial da Política de Juventude
A 2	Possibilitar bolsas de estudos para os jovens que frequentarem e se destacarem em projetos educativos e profissionalizantes	Financiamento para bolsas para jovens em vulnerabilidade social – prioridade baixa escolaridade	12 meses	-MEC

A 3	Tornar público, em larga escala, o resultados das atividades dos jovens participantes dos programas inclusivos	Financiamento para suporte técnico em comunicação	3 meses	-SNJ -Comissão intersetorial de comunicação -Comitê Interministerial da Política de Juventude
-----	--	---	---------	---

### NC 3: Ociosidade juvenil pela limitação dos recursos disponíveis

Ação	Tarefas	Recursos Necessários	Prazos	Responsável
A 1	Elaborar projeto para a atuação do Professor Comunitário e identificar lideranças comunitárias	O professor comunitário oriundo da escola local	12 meses	-MEC -estados -municípios
A 2	Sugerir a construção de CEU- Centro Educacional Unificado nas comunidades periféricas de maior índice de vulnerabilidade juvenil	Local para encontros e formação na comunidade	3 meses	-SNJ -MEC -Comissão Intersectorial -Comitê Interministerial da Política de Juventude
A 3	Elaborar debates e seminários públicos focado no espaço democrático e elaborar atividades culturais nos espaços públicos focado no universo juvenil	Local para apresentações, financiamento para palestrantes	3 meses	-SNJ -Comissão Intersectorial -Comitê Interministerial da Política de Juventude -Municípios

## Parte 5 – ANÁLISE DE ATORES

### Ação 1.1- Mapear os lugares frequentados por jovens na periferia e elaborar pesquisas de interesse da juventude.

Ator	Recursos que controla	Limitações/ Vulnerabilidades	Como pode contribuir?	Como pode prejudicar?	Como atuar em relação a este Ator?
A1-MEC	- Político	- Falta de articulação entre as secretarias e coordenadorias	- Implementação - Regulamentação - Fiscalização	-Dificultando a elaboração -Demora na distribuição de recursos	-Elaborando políticas públicas
A2-SNJ	- Organizacional	Limitação de recursos	-Parcerias e articulação entre secretarias	-Falta de Articulação	- Identificando os locais que os jovens frequentam
A3-SDHPR	- Regulamentador	Falta de recursos Humanos	-Mapeamento das regiões de alto risco	-Morosidade no mapeamento	- Fornecendo dados

### Ação 1.2- Estabelecer parceria com as escolas públicas.

Ator	Recursos que controla	Limitações/ Vulnerabilidades	Como pode contribuir?	Como pode prejudicar?	Como atuar em relação a este Ator?
A1-MEC	-Político	- Demora na definição de propostas e ações	- Elaboração de propostas e projetos - Destinando Recursos	-Burocracia	- Executando as propostas e projetos
A2-SNJ	-Organizacional	- Limitação de recursos humanos	-Criando comissões representativas de jovens dentro das instituições escolares	- Demora na criação de comissões dentro das instituições de ensino	- Parcerias com ONGs e universidades

A3-SDHPR	-Regulamentador	- Falta de definição do papel da secretaria	-Criando órgãos representativos dentro das secretarias de educação que executem projetos dentro das escolas	- Falta de recursos	- Execução de seminários e formação com temas relacionados aos direitos humanos
----------	-----------------	---	---	---------------------	---

**Ação 1.3- Criar seminários a respeito das necessidades da juventude e localidade.**

Ator	Recursos que controla	Limitações/ Vulnerabilidades	Como pode contribuir?	Como pode prejudicar?	Como atuar em relação a este Ator?
A1-MEC	- Político	- Falta de descentralização	- Incluir no programa de governo	- Demora na execução	- Elaborar diretrizes
A2-SNJ	- Organizacional	- Falta de recursos humanos	- Mapear e organizar as lideranças juvenis nas regiões periféricas	- Demora na distribuição de recursos financeiros	- pressionar deputados
A3-SDHPR	- Regulamentador	- Entendimento da secretaria	- Recursos humanos para formação	- Falta de recursos	- Estreitar as relações

**Ação 1.4- Elaborar projeto de assessoria aos pais e responsáveis nas comunidades com alto índice de vulnerabilidade juvenil.**

Ator	Recursos que controla	Limitações/ Vulnerabilidades	Como pode contribuir?	Como pode prejudicar?	- Como atuar em relação a este Ator?
A1-MEC	- Político	- Falta de controle	-Na implementação	- Demora na execução	- Fiscalizador
A2-SNJ	- Organizacional	- Falta de recursos financeiros	- Divulgação e execução	- Falta de comprometimento	- Na implementação
A3-SDHPR	- Regulamentador	- Falta recursos financeiros	-Material e formação	- Falta de articulação entre secretarias	- Na definição de diretrizes

**Ação 2.1- Revisão dos projetos de inclusão da juventude da periferia.**

Ator	Recursos que controla	Limitações/ Vulnerabilidades	Como pode contribuir?	Como pode prejudicar?	Como atuar em relação a este Ator?
A1 – MEC	- Ator que controla montantes de recursos, que se priorizado, será decisivo no sucesso do projeto.	- Poderá existir resistência de insulamento por envolver recursos econômicos. - Contingenciamento orçamentário.	- Procurar entender mecanismos de incentivo e renúncias fiscais.	- Resistência corporativa. - Falta de priorização dentro do ministério por concorrer com atribuições específicas do MEC.	- Permanentemente monitorar e controlar o projeto. - Reconhecer as contrapartidas deste Ministério pela coordenação do projeto – SEJ.
A2 – SEJ	- Ator que detém informações e base de dados nacionais referentes à juventude. - Possui conhecimento da especialidade e induz a qualquer necessidade de utilização ou alteração do arcabouço legal.	- Base de dados razoavelmente atualizadas. - Sobrecarga de atividades no órgão e falta de priorização em projetos e regulamentações da lei.	- Coordenar ações pelo conhecimento das especificidades e técnica. - Fortalecer o processo participativo entre pastas e visão total do processo decisório.	- Não efetivar o planejado e corrigir as ações entendendo que o planejamento, por ser isolado da gestão no Estado Herdado, já é o suficiente.	- Resgatando sempre o propósito projeto e o nó crítico a ser mitigado. - Divulgar periodicamente os benefícios da ação. - Ter uma política consistente de comunicação que divulgue os benefícios do projeto proposto.

A3 - SEDH	- Secretaria que influencia a opinião pública e a análise positiva da política pública.	- Aderência do projeto de inclusão a divulgação da grande mídia.	- A contribuição é baseada sobre a mídia existente com seus valores herdados. Limitantes de reformas mais profundas propostas no projeto.	- Se prende muito ao canal de convencimento, tergiversando a razão principal do projeto que é reduzir a vulnerabilidade da juventude nas periferias das grandes cidades.	- Não deixar esta secretaria ser a única com o monopólio da comunicação do projeto. - Reorientar permanentemente a secretaria, com o regate do propósito projeto e o nó crítico a ser mitigado.
-----------	---	--	---	--	--

**Ação 2.2- Possibilitar bolsas de estudos para os jovens que frequentarem e se destacarem em projetos educativos e profissionalizantes.**

Ator	Recursos que controla	Limitações/ Vulnerabilidades	Como pode contribuir?	Como pode prejudicar?	Como atuar em relação a este Ator?
A1 – MEC	- Ator que tem atribuição e controla recursos. - Fundamental para implantação da ação 2.2.	- Não garantir o fluxo econômico do projeto no OGU. - Contingenciamento orçamentário.	- Procurar entender mecanismos de incentivo e renúncias fiscais.	- Desacreditar no projeto e criar uma sensação negativa e falta de credibilidade se não empenhar o investimento planejado. - Falta de priorização dentro do ministério por concorrer com atribuições específicas do MEC.	- Permanentemente monitorar e controlar a alocação de recursos destinados à ação. - Normatização e controle dos valores empenhados aos jovens que utilizam o benefício da bolsa de estudos.
A2 – SEJ	- A Secretaria tem a atribuição de julgar e com este critério de decisão definir os jovens vulneráveis que ganharão a bolsa de estudo.	- Pessoas capacitadas e com conhecimentos necessários para a mudança do Estado Herdado pela transversalidade do projeto.	- Com rapidez e desenvoltura no julgamento. - Com justiça e credibilidade sobre os projetos de destaque.	- Se a lógica é restritiva e por mérito, então não poderá existir apadrinhamento de projetos.	- Resgatando sempre o propósito projeto e o nó crítico a ser mitigado. - Ter um cronograma efetivo para evitar perda de prazos e recursos compatíveis com o ano fiscal.

A3 - SEDH	- Secretaria que tem o poder de mobilizar decisivamente na adesão consistente da juventude em locais periféricos das grandes metrópoles por todo o Brasil com altas taxas de vulnerabilidade.	- Conseguir mobilizar o ator para que ele entenda a importância do projeto da SEJ.	- Com históricos das áreas com vulnerabilidade propor uma hierarquização de prioridades.	- Tentar influenciar em demasia os projetos contemplados.	- Utilizá-lo como divulgador para a população jovem com vulnerabilidade a possibilidade de bolsas para jovens e comunidades que apresentarem melhores práticas educativas.
-----------	---	--	--	---	--

**Ação 2.3- Tornar público, em larga escala, o resultados das atividades dos jovens participantes dos programas inclusivos.**

Ator	Recursos que controla	Limitações/ Vulnerabilidades	Como pode contribuir?	Como pode prejudicar?	Como atuar em relação a este Ator?
A1 – MEC	- Ministério possui vasta rede de próprios públicos, que podem divulgar o projeto.	- Mão-de-obra escassa para efetuar a divulgação nos próprios. #Baixa mobilização e conhecimento do projeto.	- Contribui decisivamente com a divulgação oficial de governo disponibilizando mídias de divulgação nos próprios. #Utilizar e massificar o projeto em todas as mídias que têm acesso.	- Baixa publicidade do projeto e seu potencial de eficiência nas áreas vulneráveis das Regiões Metropolitanas. #Falta de priorização dentro do ministério por concorrer com atribuições específicas do MEC.	- Alinhar o Ministério sobre o propósito da Política Pública de vulnerabilidade da juventude em periferia e ressaltar a importância do órgão na divulgação do projeto para o êxito deste.



A2 – SEJ	- Ator que Tem a atribuição de destinar recurso orçamentário para divulgação em larga escala da Política Pública.	- Restrições orçamentárias no OGU.	- Ter uma clareza da importância do projeto. - Ter documentos, folders explicativos e política de comunicação dentro do governo efetiva. - Ter poder de articular a priorização.	- O sucesso da política pública depende de mão-de-obra especializada, organizada e motivada com o projeto transversal de um Estado Necessário priorizado.	- Exigir uma parte gerencial do projeto. - Divulgar dados para todos os atores envolvidos. - Definir indicadores a serem alcançados e metas. - Acompanhar e controlar as metas e marcos propostos. - Fortalecer os gestores da política pública dentro da Secretaria Especial.
A3 - SEDH	- Secretaria decisiva na montagem da mensagem ao receptor da política pública e principalmente da análise positiva da política pública.	- Ter estrutura requerida para disponibilizar estrutura e apoio a SEJ.	- Contribui com apoios a formulação da comunicação a grande mídia. - Contribui com a divulgação em seus espaços de divulgação externos e próprios.	- Não estar alinhada sobre sua importância na formulação da comunicação. - Não acompanhar melhorias críveis que o projeto pode alcançar sobre os Direitos Humanos.	- Solicitar que seja correlacionada a ação do projeto com a SEDH. Identificar indicadores em que há a perspectiva de melhoria com o êxito do projeto.

### **Ação 3.1- Criação do Professor Comunitário e identificar lideranças comunitárias.**

Ator	Recursos que controla	Limitações/ Vulnerabilidades	Como pode contribuir?	Como pode prejudicar?	Como atuar em relação a este Ator?
A1-MEC	- Elaboração da política educacional	- Particularidades e especificidades dos Estados e Municípios	- Fomentar, orientar e oferecer recursos e formação	- Não interagir com os outros atores	- O Ministério da Educação deve ser o grande elo integrador das políticas

A-2 SNJ	- Pessoal com capacidade para elaborar dialogar junto a entidades comunitárias e escolas	- Dificuldade em estabelecer um diálogo mais eficiente nas periferias	- Formação, pesquisa e divulgação	- Não estabelecendo um vínculo com as jovens lideranças	- Parceria com as escolas, centros comunitários e entidades da comunidade, e elaborar e mediar os debates
A3-SDHPR	- Pessoal apto para capacitar formadores para elaborar os debates nas entidades comunitárias e escolas	- Dificuldade em estabelecer junto a sociedade um vínculo entre Direitos Humanos e Juventude	- Formação, pesquisa e divulgação	- Não compreender que a política para a juventude passa pelo conceito de direitos humanos	- Parceria com as escolas, centros comunitários e entidades da comunidade, elaborar campanha publicitária relacionando políticas públicas para jovens e direitos humanos

**Ação 3.2- Sugerir a construção de CEU-Centro Educacional Unificado nas comunidades periféricas de maior índice de vulnerabilidade juvenil.**

Ator	Recursos que controla	Limitações/ Vulnerabilidades	Como pode contribuir?	Como pode prejudicar?	Como atuar em relação a este Ator?
A1-MEC	- Articulação política entre estados e municípios	- A resistência em aceitar e participar dos projetos oferecidos pelo governo Federal por parte de alguns estados e municípios.	- Apresentação de projetos e incentivos para estados e municípios - Incluir no programa de governo	- Sofrer resistência por parte de parlamentares que não querem uma marca nacional do governo Federal.	- Propor, incentivar, viabilizar, mecanismos de participação popular nos debates a respeito das necessidades locais.

A2-SNJ	- Pessoal preparado para fomentar o debate a respeito do Espaço CEU a Juventude	- Não conseguir envolver a juventude das comunidades nos debates a respeito da necessidade e o papel do CEU na comunidade.	- Organizar a juventude no local em que vivem e justificar os CEUS pela carência de espaços educativos. Articular junto a SGPR.	- Não estreitar os canais de diálogo com a juventude nas comunidades, e esperar que as demandas venham até os projetos.	- Articular junto a SGPR apoio para os projetos e formação de cunho intersetorial, sobretudo para estabelecer comunicação mais eficiente junto aos jovens das periferias e construir a consciência da ocupação do espaço público.
A3-SDHPR	- Pessoal preparado para fomentar o debate a respeito do Espaço CEU como política de Direitos Humanos	- Comunicação precária, dificuldade em obter apoio dos meios de comunicação de massa para debater a questão no local do problema.	- Articular apoio para que a Educação permanente e os espaços educativos se tornem Direitos Humanos prioritários para a juventude.	- Não conseguir atribuir um caráter intersetorial na proposta do CEU como espaço onde se exercita os Direitos Humanos em defesa da juventude.	- Articular apoio e elaborar cursos de formação, projetos voltados para a ocupação do espaço público como um Direito Humano e o espaço CEU como fundamental nas periferias.

**Ação 3.3- . Elaborar debates e seminários públicos focado no espaço democrático.**

Ator	Recursos que controla	Limitações/ Vulnerabilidades	Como pode contribuir?	Como pode prejudicar?	Como atuar em relação a este Ator?
------	-----------------------	---------------------------------	-----------------------	-----------------------	------------------------------------

A1-MEC	- Articulação Política, recursos financeiros e pessoal para elaborar o projeto.	- Estabelecer beneficiários, lidar com as especificidades de cada localidade e projetos de oposição em algumas localidades.	- Envolver o tema na peça orçamentária para garantir recursos específicos	- Não articular o tema como fundamental para a utilização dos espaços educativos, sem financiamento.	- Argumentar a importância e o impacto político e social que a essa estratégia de ação pode gerar junto a comunidade.
A2-SNJ	- Articulação com a SGPR, articulação junto às entidades de jovens, pessoal preparado.	- Verbas e pessoal suficientes para fomentar cursos, projetos e divulgação a desarticulação com as escolas.	- Utilizar os mecanismos de rede para divulgar atividades, organizar os debates e seminários articulado junto as lideranças locais.	- Não se esforçar em levar junto aos jovens da periferia o debate sobre o papel dos jovens na ocupação do espaço público.	- Estabelecer relações com as entidades representativas dos jovens, lideranças comunitárias, entidades religiosas, aproximação das escolas e organizar formações e fomentar os debates.
A3-SDHPR	- Articulação com a Presidência da República, articulação internacional, pessoal preparado para cursos de formação.	- Pouca visibilidade pública das atividades da Secretaria tendo a sua visão deturpada por um posicionamento da elite.	- Na divulgação, elaboração de projetos e seminários, articular espaços junto aos interlocutores comunitários e escolas.	- Não se envolver no debate a respeito da ocupação do espaço público e a Educação como Direito Humano fundamental.	- Estabelecer relações com as entidades representativas dos jovens, lideranças comunitárias, entidades religiosas aproximação das escolas e fomentar os debates. Sempre evidenciando a Educação como um Direito Humano fundamental.

**Ação 3.4- Elaborar atividades culturais nos espaços públicos focado no universo juvenil.**

Ator	Recursos que controla	Limitações/ Vulnerabilidades	Como pode contribuir?	Como pode prejudicar?	Como atuar em relação a este Ator?
A1-MEC	- Articulação Política com outros ministérios e secretarias.	- Baixa governabilidade direta, depende da corresponsabilidade com os estados e municípios.	- Articulação política para transformar os espaços públicos em espaços educativos.	- Se ausentar e se isentar dos debates enquanto articulador e não criar as condições da participação popular.	- Articular com outros atores, e incentivar os estados e municípios. Um papel fiscalizador.
A2-SNJ	- Articulação Política junto a SGPR e interlocução com outras órgãos, articulação com entidades de jovens e outros setores locais.	- Necessidade de atuar inter setorialmente para, estabelecer diálogo permanente com outros atores.	- Articular junto a SGPR e outros a necessidade de focar a juventude das periferias nos projetos sociais.	- Não buscar o diálogo com os espaços de cultura das comunidades	- Participar efetivamente dos debates a respeito das necessidades dos jovens e a participação dos mesmos na comunidade e nos projetos, contribuir com dados.
A3-SDHPR	- Articulação Política, articulação internacional, articulação com entidades locais.	- O debate com outros atores a respeito Direito Humano e o papel do jovem nesse processo.	- Colocar o jovem no centro das preocupações dos debates político e social na construção da efetivação dos Direitos Humanos.	- Não colocar a juventude como prioridade nos debates dos Direitos Humanos levados às comunidades.	- Participar dos debates, contribuir com dados, divulgar, inserir a Educação e juventude como um debate prioritário nos Direitos Humanos.

## Parte 6 – ANÁLISE DE RISCOS E FRAGILIDADES

Perguntas orientadoras:	Análise da equipe
1 – As ações propostas para equacionar os Nós Críticos podem gerar efeitos indesejáveis (por ex.: efeitos sociais ou ambientais)?	O nó crítico 2 pode ter efeito indesejável, tendo em vista, que a Ocupação do Espaço público de maneira democrática pode ser apropriada por grupos mais organizados, abrindo a possibilidade de surgirem grupos mais articulados e que submetam os demais fora de alguma forma de organização.
2 – Existem aspectos técnicos, jurídicos ou políticos nas ações propostas que podem resultar em efeitos negativos? Quais?	Há a necessidade de criar emendas que viabilizem a integração e colaboração entre União, estados e municípios, para que as ações possam ser implementadas com sucesso.
3 - Qual o principal ponto fraco do projeto? E o que pode ser feito para prevenir ou corrigir?	O excesso de abrangência intersetorial, necessitando de uma grande vontade política.
4 – O que pode ser feito para garantir a implementação das ações propostas?	Dar prioridade as ações, estabelecer uma coordenação com liderança e articulação para envolver os municípios, estados e possíveis ministérios.
5 – Os recursos disponíveis são suficientes para realizar o projeto?	Desde que houver vontade política para priorizar o projeto.

## Parte7 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

A violência contra a juventude brasileira se tornou um problema do Estado, sobretudo a violência contra a juventude que habita as periferias dos grandes centros urbanos, onde estão os jovens em situação de maior vulnerabilidade social, portanto, em maior risco. A proposta de apresentar o tema “*Vulnerabilidade Juvenil nas Periferias: Crimes, Drogas e Falta de Perspectivas*”, apesar da amplitude e da complexidade de atuar nessa área, nos permitiu tirar a juventude de uma invisibilidade promovida pela ideia histórica da irresponsabilidade atribuída a eles, o que facilitou a criminalização do jovem no Brasil. Entendemos as grandes dificuldades que temos em inserir os jovens em algum projeto que ofereça alguma perspectiva futura, pois, a vida cotidiano de baixa perspectiva os afastam das atividades de educação, cultura, lazer e esporte e tecnologia, e a cada dia, as possibilidades de inseri-los em atividades de transformação social tem sido cada vez mais precárias, e quando os jovens desenvolvem, em suas “quebradas”, atividades de cultura e lazer, são censurados por conta do seu esteriótipo e muitas vezes incompreendidos, pois, a linguagem é vista como inconveniente, assim aconteceu com o pagode, com o rap, com as pichações, com os grafites e agora com o funk, e muitas outras manifestações que sempre acabam em conflito com o que é pré-estabelecido pelo “*status quo*”.

O Estado brasileiro além das suas raízes autoritárias e de manutenção de privilégios, fez do capitalismo a sua fonte de inspiração, onde o Estado deve ser mínimo para atender os interesses da classe dominante, lógica como essa, abandona os interesses públicos em benefício dos interesses privados, assim, a juventude, sobretudo nas periferias, estarão sempre vulneráveis, pois, priorizar a juventude não tem sido algo efetivo nas políticas públicas, pois se trata de uma área muito carente de políticas, pensar um Estado que rompa com a ótica do Estado privado, é pensar num Estado mais Humanizado, e que entenda que o processo de desenvolvimento do jovem é uma mutação contínua, não é possível enquadrarmos em padrões de comportamentos que não faz parte da sua vida e do seu cotidiano, por isso, a educação, o esporte, a cultura, o lazer e a tecnologia, devem estar sempre presentes no processo de formação do jovem brasileiro, pois somente com a utilização de equipamentos públicos de qualidade, poderemos deixar a nossa juventude menos vulnerável e mais inserida no processo de transformação da sociedade.

A Pesquisa Perfil da Juventude Brasileira, é uma iniciativa do *Projeto Juventude/Instituto Cidadania*, com a parceria do *Instituto de Hospitalidade e do Sebrae*. Foi realizada sob a responsabilidade técnica da *Criterion Assessoria em Pesquisas*, retomando e ampliando temas e questões investigados em outubro de 1999 pelo Núcleo de Opinião Pública da *Fundação Perseu Abramo*, nos aponta que os jovens consideram o não ter preocupações ou responsabilidades, como uma das coisas mais importantes do lado bom de ser jovem, o que nos fez refletir sobre essa questão, e no cruzamento com outros dados pode gerar certa preocupação no que se refere ao conflito na ocupação do espaço público. Ao abordar as coisas ruins de ser jovem, em primeiro lugar a maioria não vê nada ruim, mas, em seguida, como ruim em ser jovem a convivência com riscos, a falta de liberdade, a falta de trabalho e renda, convivência com drogas e (des)controle familiar, somente para assinalar as principais causas ruins em serem jovens apontadas pelos mesmos. Apesar da evasão dos jovens das escolas, a pesquisa apresenta que uma das maiores preocupações dos jovens é com a educação e emprego profissional, além da cultura e lazer, o que demonstra a necessidade de rever a relação da escola com os interesses da juventude, e priorizar as comunidades mais vulneráveis com a construção de CEUs, Centros Educacionais Unificados.

Dentre os problemas que mais preocupam os jovens estão a segurança/violência, emprego profissional e as drogas. Precisamos estar mais atentos aos indicativos apontados pelos jovens, nesse sentido, apontamos para a necessidade de projetos que seja construído numa perspectiva intersetorial de ações da prevenção ao cuidado, que envolveram propostas do âmbito da educação, da cultura, do lazer, do esporte, da saúde, da justiça, do trabalho e da assistência social, compondo uma rede de atendimento imprescindível. Ressaltamos a necessária priorização das diferentes instâncias públicas pelo enfrentamento de temáticas complexas, como a vulnerabilidade juvenil, abordada aqui de uma forma mais geral, prevendo, para tanto, a implantação de políticas públicas, destinações orçamentárias e diálogos permanentes com a sociedade civil para a criação de estratégias e metodologias condizentes com o fenômeno, almejando uma mudança cultural para a reversão do quadro estabelecido. Para tanto, faz-se necessário pautar essas ações na perspectiva do direito, criando intervenções e práticas que se consolidem como ações públicas, devido à relevância social da temática, ocupando as agendas dos governos. Acreditamos na função social da militância na área da Infância e Juventude,



na luta pela diminuição das violações dos direitos e pela responsabilização das instâncias pertinentes, sejam elas da sociedade civil ou do poder público.

## **Parte 8 – REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS, APÊNICES E ANEXOS**

CORTI, Ana Paula e SOUZA, Raquel – Diálogos com o mundo juvenil: subsídios para educadores – Ação Educativa, São Paulo, 2005.

DAGNINO, R – A Capacitação de Gestores Públicos: uma Aproximação ao Problema sob a Ótica da Administração Política – **Revista Brasileira de Administração Pública:** Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia. Vol.6. Salvador: abril2013.

DAGNINO, R; THOMAS, H; COSTA, G; GOMES, E. – Metodologia de Análises Políticas Públicas. Cap.3: Gestão Estratégica de Políticas Públicas – GEPP da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP Campinas: 2014/2015.

DAGNINO, R; et al (favor não citar – versão preliminar) – Planejamento Governamental e Democratização: Gestão Estratégica de Políticas Públicas – GEPP da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP São Paulo: outubro 2013.

FILHO, D. A. R. – Lutas Sociais, Reforma e Revolução: Gestão Estratégica de Políticas Públicas – GEPP da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP Campinas: 2014/2015.

<http://www.teoriaedebate.org.br/matérias/nacional/lutas-sociais-reforma-e-revolução?page=full#sthash.0TCHzEe1.dpuf>

MINGARDI, G (org.) – Política de Segurança: os Desafios de uma Reforma. São Paulo: Fundação Perseu Abramo – FPA, 2013

PEREIRA, E. T. – Educação no Brasil: Cadê o Povo? Gestão Estratégica de Políticas Públicas – GEPP da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP Campinas: março 2001.

ALMEIDA, Renato Souza- Juventude e Participação: Novas Formas de Atuação Juvenil na Cidade de São Paulo- PUC São Paulo: novembro 2009.

POLISSENI, K – Em Camaçari, Arranjo Intersetorial Alavanca Índices Sociais – Especial Cidades – Teoria e Debate: Gestão Estratégica de Políticas Públicas – GEPP da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP São Paulo: agosto 2012.

<http://www.teoriaedebate.org.br/matérias/nacional/especialcidades#sthash.eZACJBYW.dpuf>

POMAR, W – Brasil, Crise Internacional e Projetos de Sociedade. São Paulo: Fundação Perseu Abramo – FPA, 2013.

RABELO, T. – Por uma Agenda de Novos Direitos para a Juventude: Gestão Estratégica de Políticas Públicas – GEPP da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP São Paulo: julho 2014.

<http://www.novo.fpabramo.org.br/>

SADER, E. – Ser de Esquerda na Era Neoliberal: Revista Carta Maior: Gestão Estratégica de Políticas Públicas – GEPP da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP São Paulo: outubro 2013.

WASELFISZ, Júlio Jacobo – Juventude Viva, Os Jovens do Brasil: Mapa da Violência - Secretaria-Geral da Presidência da República Secretaria Nacional de Juventude Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – Brasília, 2014.

Site: [www.fpabramo.org.br](http://www.fpabramo.org.br/) / [pesquisasFPA](http://pesquisasFPA) - Perfil da Juventude Brasileira

Site: <http://juventude.gov.br/>